



Processo nº 19647.000064/2010-13
Recurso Voluntário
Acórdão nº **2401-007.942 – 2^a Seção de Julgamento / 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 04 de agosto de 2020
Recorrente VICENTE PEREIRA CONDE NETO
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2008

IRPF. OMISSÃO DE RENDIMENTOS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA. INFORMAÇÃO EM DIRF.

Não logrando o sujeito passivo comprovar que não recebeu os rendimentos tributáveis informados em Dirf pela fonte pagadoras, deve ser mantida a omissão de rendimentos correspondente ao valor recebido, que deixou de ser oferecido à tributação no ajuste anual.

IRPF. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE.

A legislação tributária permite a dedução, na declaração de rendimentos, dos pagamentos efetuados pelo contribuinte a título de despesas médicas relacionada a tratamento próprio e de seus dependentes. A dedução, entretanto, condiciona-se à comprovação das despesas, a juízo da autoridade fiscal.

IRPF. DEDUÇÃO. DESPESAS COM INSTRUÇÃO. PREVISÃO LEGAL. COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE.

A legislação tributária permite a dedução na declaração de rendimentos, a título de despesa com instrução, dos pagamentos efetuados a estabelecimentos de ensino relativamente à educação pré-escolar, de 1º, 2º e 3º graus, cursos de especialização ou profissionalizantes do contribuinte e de seus dependentes, vedada a dedução de pagamentos de qualquer outra natureza. A dedução, entretanto, condiciona-se à comprovação dos pagamentos, a juízo da autoridade fiscal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier – Presidente

(documento assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cleberson Alex Friess, Matheus Soares Leite, José Luis Hentsch Benjamin Pinheiro, Rayd Santana Ferreira, Rodrigo Lopes Araújo, Andréa Viana Arrais Egypto, André Luis Ulrich Pinto (Suplente Convocado) e Miriam Denise Xavier.

Relatório

VICENTE PEREIRA CONDE NETO, contribuinte, pessoa física, já qualificado nos autos do processo em referência, recorre a este Conselho da decisão da 19^a Turma da DRJ em São Paulo/SP, Acórdão nº 16-73.015/2016, às e-fls. 76/85, que julgou procedente em parte a Notificação de Lançamento concernente ao Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF, decorrente da omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, dedução indevida de despesas médicas, com instrução, dependentes e previdência privada, além da compensação indevida de IRRF, em relação ao exercício 2008, conforme peça inaugural do feito, às fls. 06/14, e demais documentos que instruem o processo.

Trata-se de Notificação lavrada nos moldes da legislação de regência, contra o contribuinte acima identificado, constituindo-se crédito tributário no valor consignado na folha de rosto da autuação, decorrente dos seguintes fatos geradores:

Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica

Omissão de rendimentos sujeitos à tabela progressiva, no valor de R\$ 15.188,69, recebidos pelo titular e dependentes, das fontes pagadoras: EDIFICARTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA (R\$ 2.403,33); INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH-PE (R\$ 12.365,36); e FUNDAÇÃO DE SAÚDE AMAURY DE MEDEIROS (R\$ 420,00). Na apuração do imposto devido, foi compensado o Imposto Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos omitidos no valor de R\$ 94,76.

Dedução Indevida de Dependentes

Em decorrência do não atendimento de intimação, foi glosado o valor de R\$ 6.338,40 deduzido indevidamente a título de Dependentes, por falta de comprovação.

Dedução Indevida de Despesas Médicas

Em decorrência do não atendimento de intimação, foi glosado o valor de R\$ 13.816,00 deduzido indevidamente a título de Despesas Médicas, por falta de comprovação.

Dedução Indevida de Previdência Privada e Fapi

Em decorrência do não atendimento de intimação, foi glosado o valor de R\$ 9.350,13, deduzido indevidamente a título de contribuição à Previdência Privada e Fapi, por falta de comprovação.

Dedução Indevida de Despesas com Instrução

Em decorrência do não atendimento de intimação, foi glosado o valor de R\$ 8.821,98, deduzido indevidamente a título de Despesas com Instrução, por falta de comprovação.

Compensação Indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte

Em decorrência do não atendimento de intimação, foi glosado o valor de R\$ 195,29, indevidamente compensado a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), correspondente à diferença entre o valor declarado de R\$ 2.752,87, e total de IRRF informado em Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf), pela fonte pagadora 00.323.090/0001-51, para o titular, no valor de R\$ 2.557,58.

O contribuinte, regularmente intimado, apresentou impugnação, requerendo a decretação da improcedência do feito.

Por sua vez, a Delegacia Regional de Julgamento em São Paulo/SP entendeu por bem julgar procedente em parte o lançamento, **restabelecendo apenas a dedução da despesa médica com a UNIMED-RECIFE**, conforme relato acima.

Regularmente intimado e inconformado com a Decisão recorrida, o autuado, apresentou Recurso Voluntário, às e-fls. 97/98, procurando demonstrar sua improcedência, desenvolvendo em síntese as seguintes razões:

Após breve relato das fases processuais, bem como dos fatos que permeiam o lançamento, repisa às alegações da impugnação, aduzindo o que segue:

(...)

Volto a afirmar, não recebi nenhum valor da fonte pagadora EDIFICARTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, no ano de 2007. Não se trata de inexatidão de informação e sim de inexistência de qualquer serviço prestado, inexistência de pagamento e, consequentemente, inexistência de comprovante de rendimento legítimo.

(...)

Com relação as glosas relativas as despesas médicas e com instruções, infelizmente, os meus argumentos não foram capazes de convencer o Relator e os membros da 19º Turma de Julgamento. Como nada tenho a acrescentar, só me resta a opção de encaminha-los a V.Sas (anexo-1) e apelar para a indulgência deste Conselho.

(...)

Por fim, requer o conhecimento e provimento do seu recurso, para desconsiderar a Notificação de Lançamento, tornando-a sem efeito e, no mérito, sua absoluta improcedência.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Rayd Santana Ferreira, Relator.

Presente o pressuposto de admissibilidade, por ser tempestivo, conheço do recurso e passo ao exame das alegações recursais.

DELIMITAÇÃO DA LIDE

Conforme observa-se do Recurso Voluntário, o contribuinte insurge-se apenas quanto à omissão de rendimentos recebidos da fonte EDIFICARTE e às deduções das despesas

médicas e com instrução. Portanto, a lide encontra-se limitada ao questionamento posto no recurso, conforme disposto no art. 21, §1º, do Decreto 70.235/72, motivo pelo qual será o tema tratado nesta oportunidade, o que fazemos a seguir.

DA OMISSÃO DE RENDIMENTOS DO TRABALHO

O interessado contesta a omissão de rendimentos do trabalho no valor de R\$ 2.403,33, apurada com base nas informações prestadas em Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) por EDIFICARTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Alega que jamais recebera qualquer rendimento da referida fonte pagadora.

A DIRF é declaração emitida pelas fontes pagadoras em cumprimento de obrigação acessória prevista na legislação tributária e faz prova dos valores nela informados.

Sendo assim, comprovada está a omissão de rendimentos apontada no lançamento, tendo em vista que o contribuinte não ofereceu à tributação os rendimentos informados pela fonte pagadora.

A Receita Federal do Brasil orienta os contribuintes que, nos casos de inexatidão das informações, tais como salários que não foram pagos nem creditados no ano-calendário ou rendimentos tributáveis e isentos computados em conjunto, o interessado deve solicitar à fonte pagadora outro comprovante preenchido corretamente (manual Perguntas e Resposta – Ano-Calendário de 2007):

COMPROVANTE ERRADO OU NÃO ENTREGUE

051 – Qual o procedimento a ser adotado pela pessoa física quando a fonte pagadora não lhe fornecer o comprovante de rendimentos ou fornecê-lo com inexatidão?

A fonte pagadora, pessoa física ou jurídica, deverá fornecer à pessoa física beneficiária, até o último dia útil do mês de fevereiro do ano subsequente àquele a que se referirem os rendimentos, documentos comprobatórios, em uma via, com indicação da natureza e do montante do pagamento, das deduções e do imposto retido no ano-calendário de 2007, conforme modelo oficial.

No caso de retenção na fonte e não-fornecimento do comprovante, o contribuinte deve comunicar o fato à unidade local da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, para as medidas legais cabíveis.

Ocorrendo inexatidão nas informações, tais como salários que não foram pagos nem creditados no ano-calendário ou rendimentos tributáveis e isentos computados em conjunto, o interessado deve solicitar à fonte pagadora outro comprovante preenchido corretamente.

Na impossibilidade de correção, por motivo de força maior, o contribuinte pode utilizar os comprovantes de pagamentos mensais, ficando sujeito à comprovação de suas alegações, a critério da autoridade lançadora.

(Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 16; Instrução Normativa SRF nº 120, de 28 de dezembro de 2000, art. 2º e . 3º, com a alteração promovida pela Instrução Normativa nº 288, de 24 de janeiro de 2003; Instrução Normativa SRF nº 698, de 20 de dezembro de 2006, arts. 1º e 2º)

(grifo nosso)

Observa-se que cabe ao contribuinte o ônus probatório acerca do não recebimento do montante declarado pela pessoa jurídica. *In casu*, o único documento acostado aos autos pelo contribuinte foi um ART onde não consta data, aliás corrobora que foi prestado algum serviço a pessoa jurídica, seja no ano-calendário em questão ou não.

Ademais, o recorrente sequer buscou junto a fonte pagadora a retificação da DIRF.

À vista do exposto, entendo que apenas a alegação do contribuinte e uma ART (sem data) não são suficientes para atestar a inexistência de omissão de rendimento.

Portanto, mantida a exigência que deu margem ao auto de infração, estando demonstrado nos autos que efetivamente houve pagamento, deve-se manter a omissão de rendimentos apurada.

DAS DESPESAS MÉDICAS

O contribuinte só apresentou comprovantes referentes a despesas com a UNIMED-RECIFE, **pagamento já considerado pela decisão de piso**.

Em relação as demais despesas médica, a glosa deverá ser mantida, por não terem sido contestadas expressamente, além de não ter sido apresentado qualquer documento comprobatório.

DAS DESPESAS COM INSTRUÇÃO

O pedido para que seja aceita a dedução de despesas com instrução no valor de R\$ 8.821,98, para as quais o interessado não possui comprovantes de pagamentos deve ser indeferido. Apesar de permitidas pela legislação, todas as deduções sujeitam-se à comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora, nos termos do art. 73 do Regulamento do Imposto de Renda.

Assim, considerando a ausência de comprovantes dos pagamentos informados, correta a glosa procedida no lançamento, que deverá ser mantida.

DA MULTA DE OFÍCIO E JUROS

O fundamento legal para o lançamento da multa de ofício de 75% calculada sobre o imposto que deixou de ser recolhido, encontra-se no artigo 44, inciso I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com a redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007, conforme excerto que segue:

Art. 44. Nos casos de lançamento de ofício, serão aplicadas as seguintes multas:

I - de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a totalidade ou diferença de imposto ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata;

A incidência da multa de ofício, neste caso, é sobre a falta de pagamento da diferença de imposto apurado, em decorrência da declaração inexata. Essa penalidade possui natureza sancionatória e punitiva, com previsão legal específica, e finalidade de punir a infração à legislação.

A incidência dos juros de mora sobre os débitos de qualquer natureza para com a fazenda nacional, não pagos nos prazos previstos, por sua vez, está prevista na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Conclui-se que a multa e os juros de mora exigidos estão em consonância com a legislação de regência. E uma vez positivada a norma, é dever da autoridade fiscal aplicá-la. Não se podendo, no âmbito administrativo, reduzi-la ou alterá-la, tendo em vista não somente o princípio da legalidade, mas também o caráter vinculado da atividade do lançamento (parágrafo único do artigo 142 do CTN).

Por todo o exposto, estando o Auto de Infração, *sub examine*, em consonância com as normas legais que regulamentam a matéria, VOTO NO SENTIDO DE CONHECER DO RECURSO VOLUNTÁRIO e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, pelas razões de fato e de direito acima esposadas.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Rayd Santana Ferreira